

# josué de castro e o combate ao neomalthusianismo\*

## josué de castro and the fight against neomalthusianism

**Marina Gusmão de Mendonça\*\***

Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, São Paulo, Brasil

### RESUMO

A obra de Josué de Castro, tão esquecida pelos historiadores, continua atual, principalmente num momento em que o mundo sofre com uma alta vertiginosa dos preços dos alimentos, gerando insegurança e conflitos em diversas partes do planeta. Essa situação constitui um terreno fértil para a retomada de soluções fáceis e desumanas para o problema, consubstanciadas no ideário dos neomalthusianos, que foi incisivamente atacado por Josué de Castro. Para ele, os neomalthusianos nada mais faziam que responsabilizar os próprios famintos pela fome, preconizando soluções racistas com vistas a manter os padrões de vida e consumo das populações dos países desenvolvidos.

**Palavras-chave:** Josué de Castro. Fome. Neomalthusianismo. Insegurança alimentar. FAO.

### ABSTRACT

The work of Josué de Castro, frequently overlooked by historians, remains extremely relevant, especially at a time when the world suffers from high food prices, generating insecurity and conflicts in many parts of the world. This situation provides a fertile ground for the resumption of easy and inhuman solutions to the problem, embodied in the neo-Malthusian ideology, which was fiercely attacked by Josué de Castro. For him, recommending solutions that are racist in character, the neo-Malthusians do nothing more than blame the hungry themselves for hunger, with the sole objective of maintaining living standards and consumption of developed countries population.

**Keywords:** Josué de Castro. Hunger. Neo-Malthusianism. Food insecurity. FAO.

---

\* O artigo é parte da pesquisa efetuada sob o tema “O Combatente da Fome: Josué de Castro (1930–1973)”, realizada no Programa de Pós-Doutorado da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília, sob a supervisão do professor-doutor Tullo Vigevani, no período de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2012. Uma versão anterior desse trabalho foi apresentada no XXVI Simpósio Nacional de História, ocorrido no Departamento de História da FFLCH-USP, entre os dias 17 e 22 de julho de 2011.

Submetido: 21 de janeiro de 2014; aceito: 28 de maio de 2014.

\*\* Professora da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus de Osasco, Curso de Relações Internacionais. *E-mails:* mgmendonca@unifesp.br, marinamendonca@uol.com.br.

## Introdução

Josué de Castro foi certamente um dos intelectuais brasileiros de maior prestígio em todo o mundo. Apesar disso, sua obra permanece praticamente esquecida pelo público e pelos historiadores, e a maior parte de seus livros só pode ser adquirida em sebos.

Evidentemente, esse esquecimento não ocorre por acaso. Cassado e exilado em 1964, ele morreu em Paris, em 1973, portanto no auge dos chamados anos de chumbo da ditadura militar. Por outro lado, e apesar do reconhecimento internacional, suas ideias e teses incomodavam (e ainda hoje incomodam) a classe dominante no Brasil. A esse respeito, é preciso lembrar que este é um dos poucos países industrializados do mundo que não enfrentaram a questão agrária, cujas origens remontam ao nosso passado colonial.

Para que se possam compreender as principais lutas que travou – entre as quais se destaca o combate incessante ao ideário neomalthusiano –, é importante conhecer alguns dados de sua trajetória pessoal e intelectual.

Nascido em 1908, no Recife, Josué de Castro ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1923, transferindo-se para a Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil em 1925. Formou-se em 1929 e no ano seguinte começou a trabalhar como médico numa fábrica do Recife, onde iniciou suas pesquisas sobre as condições de vida da classe trabalhadora da cidade. A investigação o levou a concluir que a baixa produtividade desses trabalhadores não resultava de preguiça ou de inferioridade racial, mas sim de fome. Diante do resultado, foi demitido. Todavia, o estudo forneceria fundamentos para diversas pesquisas sobre o tema em outras cidades, servindo como uma das bases para a implantação do salário mínimo em 1942.

Em 1932, participou da criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, onde exerceu o cargo de professor catedrático de Geografia Humana. Pouco depois defendeu sua tese de livre-docência em Fisiologia, na Faculdade de Medicina da capital pernambucana, onde também passou a lecionar. Suas inquietações com o problema da fome o levaram a escrever o famoso conto “O ciclo do caranguejo”, que depois integraria o livro *Documentário do Nordeste*, de 1937 (Castro, 1959) e serviria de base para seu único romance, *Homens e caranguejos*, de 1965 (Castro, 2001b).

Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1935, onde abriu um consultório especializado em doenças da nutrição. Ao mesmo tempo, escrevia artigos para diversas revistas, nos quais abordava temas variados, incluindo literatura, sociologia e cinema. E em 1936 publicou seu primeiro livro – *Alimentação e raça* –, no qual procurava chamar a atenção para a miséria e os baixíssimos salários que impediam o povo brasileiro de se alimentar adequadamente (Castro, 1936).

Em 1938, passou a lecionar Antropologia Física na Universidade do Distrito Federal. A seguir, foi para a Itália, onde fez um curso no Instituto Bioquímico de Roma. Porém, o início da Segunda Guerra Mundial trouxe-o de volta, e ele decidiu concluir o curso de Filosofia na Universidade do Brasil, fundando também o Centro de Estudos sobre a Alimentação. Suas inquietações e pesquisas sobre as questões nutricionais o conduziram a diversas atividades vinculadas a essa matéria, e ele ocupou cargos de direção em vários órgãos públicos voltados para o tema. Finalmente, em 1946 publicou sua obra mais conhecida – *Geografia da fome* (Castro, 2001a) –, que lhe valeu o Prêmio José Veríssimo, concedido pela Academia Brasileira de Letras, e o faria conhecido no mundo todo. No ano seguinte tornou-se professor catedrático de Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde lecionou até 1964.

Logo após a divulgação de *Geografia da fome*, passou a integrar o Comitê Consultivo Permanente da Organização das Nações Unidas (ONU) para Alimentação e Agricultura (FAO). E em 1949 publicou *Geopolítica da fome*, que teria uma edição mais completa em 1951 (Castro, 1957). Esse livro imediatamente conquistou aplausos em vários países do mundo, inclusive nos Estados Unidos, onde o autor recebeu o Prêmio Franklin Delano Roosevelt, da Academia Americana de Ciências Políticas.

Ao mesmo tempo em que se consolidava seu prestígio internacional – em 1952 ele se tornaria presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo que ocupou até 1956 –, candidatou-se a deputado federal por Pernambuco em 1954. Foi eleito por uma coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com diversas outras pequenas legendas, fazendo “dobradinha” com o advogado Francisco Julião, futuro líder das Ligas Camponesas. Ao assumir o mandato, foi nomeado presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

Ainda em 1954, obteve indicação para o Prêmio Nobel de Medicina. E, como reconhecimento pela publicação de *Geopolítica da fome*, foi agraciado com o Prêmio Internacional da Paz, concedido pelo Conselho Mundial da Paz. Por ocasião do recebimento da láurea, em Helsinque, fez apaixonado discurso em defesa dos movimentos de libertação nacional que se espalhavam pela África e pela Ásia. E, a partir de então, passou a usar todo o seu prestígio internacional para apoiar a luta de independência das colônias, fazendo críticas cada vez mais contundentes ao colonialismo e ao imperialismo. Finalmente, em 1955, iniciou a batalha pela reforma agrária e pelo desenvolvimento econômico, participando do evento que marcou a criação das Ligas Camponesas no Recife.

A luta de Josué de Castro contra o colonialismo e o imperialismo lhe valeria forte oposição dos governos dos países desenvolvidos à sua reeleição para a Presidência do Conselho Consultivo da FAO. Diante disso, ele deixou o cargo em 1956. Mas não desistiu: no ano seguinte fundou a Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM), entidade da qual faziam parte grandes personalidades brasileiras e estrangeiras.

Foi reeleito deputado federal em 1958 e, quando da fundação de Brasília, mudou-se para a nova capital, onde, juntamente com diversas personalidades, fundou a Academia Nacional de Cultura. Em 1962, o presidente João Goulart o nomeou embaixador-chefe da delegação do Brasil perante a ONU, em Genebra, razão pela qual ele renunciou ao cargo de deputado federal. E no ano seguinte foi também designado representante do Brasil no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), recebendo ainda a indicação para o Prêmio Nobel da Paz.

Porém, o golpe militar de 1964 e a consequente edição do Ato Institucional n. 1 provocaram a cassação de seus direitos políticos. Como estava no exterior, foi impedido de voltar ao país. E, imediatamente após o golpe, a imprensa brasileira passou a atacá-lo: acusava-o de ser um “falso cientista”, que “fez da fome o seu ganha-pão”, além de ser responsável por uma “propaganda negativa do país no exterior, contribuindo para afugentar imigrantes” (Silva, 1998, p. 133).

Exilado em Paris, em 1965 publicou *Sete palmas de terra e um caixão*, em colaboração com Alberto Passos Guimarães (Castro, 1969). Era um vigoroso libelo contra a estrutura agrária nordestina e de defesa das Ligas Camponesas. Ainda nesse ano, publicou *Homens e caranguejos* (Castro,

2001b), que, embora fosse um romance, tinha forte conteúdo autobiográfico.

Em 1969, tornou-se professor associado do Centro Universitário Experimental de Vincennes, da Universidade de Paris VIII, onde se responsabilizou pela cadeira de Geografia dos Países Subdesenvolvidos. Passou também a ensinar no Instituto de Altos Estudos para a América Latina, da Universidade de Paris I. Ao mesmo tempo, escrevia textos e proferia palestras em que reforçava os argumentos em favor das causas que sempre havia defendido. Finalmente, em 1970 foi novamente indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

Todavia, um acontecimento especial lhe tiraria as forças para continuar a luta: trata-se do golpe militar de 11 de setembro de 1973, no Chile, que depôs seu amigo Salvador Allende e implantou um estado de terror naquele país. A essa tragédia seguiu-se a morte de outro amigo chileno, o poeta Pablo Neruda, em 23 de setembro do mesmo ano.

No dia seguinte, Josué de Castro faleceu em Paris. Estancava-se definitivamente sua luta. E o mundo era privado de um grande intelectual. Quanto ao Brasil – a quem ele dedicara a maior parte de seus esforços e de sua obra –, a ditadura militar não permitiu que voltasse vivo à terra natal. Foi enterrado no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1973. A imprensa não pôde registrar o fato e a família foi impedida de dar entrevistas. E os donos do poder, incomodados com suas denúncias e seu trabalho, trataram de desqualificá-lo, relegando-o ao esquecimento.

## **1. A atualidade da obra de Josué de Castro**

A obra de Josué de Castro mostra-se extremamente atual, especialmente se considerarmos que, conforme o mais recente relatório da FAO (FAO, 2013), cerca de 868 milhões de pessoas no mundo sofre de desnutrição. De acordo com os dados apresentados no informe, 26% das crianças de todo o planeta têm seu crescimento retardado em decorrência da subnutrição, e 2 bilhões de indivíduos padecem de alguma carência nutricional.

E as dificuldades em encontrar soluções para essa tragédia são imensas, percebendo-se o agravamento do problema a partir de 2007. De fato, desde os primeiros sinais da crise econômica que eclodiu em setembro

de 2008, verificou-se a eliminação de milhões de postos de trabalho no mundo todo. Essa situação – acentuada pela alta constante dos preços dos alimentos – gera crescente instabilidade, de que são exemplos marcantes os recentes conflitos políticos no norte da África e no Oriente Médio (Santos Filho, 2013).

Diante desse quadro, a FAO avalia que, independentemente das consequências sociais dessa calamidade, o custo econômico – refletido na perda de produtividade e nos gastos com saúde – pode chegar a 5% do PIB mundial. Isso corresponde a cerca de US\$ 3,5 trilhões ao ano. O organismo estima ainda que os custos com o tratamento da subnutrição e da carência de nutrientes podem atingir de 2% a 3% do PIB mundial, ou seja, o equivalente a um valor entre US\$ 1,4 trilhão e US\$ 2,1 trilhões ao ano (FAO, 2013).

Por outro lado, e embora nos últimos tempos se tenha reduzido o número absoluto de pessoas famintas, relatórios da FAO de anos anteriores indicam que aumentou o contingente dos que padecem daquilo que a ONU classifica como “insegurança alimentar” (FAO, 2008, 2009, 2010), isto é, uma situação em que os indivíduos não encontram meios para garantir uma alimentação regular.

Aliás, uma demonstração inequívoca da gravidade do problema é o fato de o índice de preços dos alimentos elaborado pela ONU permanecer extremamente alto. De fato, em 2011 esse índice chegou ao ponto máximo, elevando-se para o maior nível desde 1990 (FAO, *Alerta...*, 2011). Na ocasião, o então diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, deu declarações muito pessimistas. Segundo ele, “a alta dos preços aumenta as preocupações e estamos reduzindo rapidamente os estoques. Durante anos temos alertado que é preciso maior produtividade e investimento em agricultura” (FAO, *Alerta...*, 2011). Embora em 2013 o índice de preços dos alimentos tenha conhecido uma pequena queda (de apenas 1,6%), permanece o terceiro maior número já registrado pela FAO (FAO, 2013).

Ademais de toda essa tragédia, o relatório de 2013 também informa o desperdício anual de aproximadamente 1,3 bilhão de toneladas de alimentos. Segundo José Graziano da Silva, atual diretor-geral da FAO, “todos nós, agricultores e pescadores, processadores de alimentos e supermercados, governos locais e nacionais e consumidores individuais, temos de fazer mudanças ao longo de toda a cadeia alimentar humana para impedir que ocorra, desde já, o desperdício” (FAO, *Desperdício...*, 2014).

Contudo, mesmo sob a hipótese de queda desse desperdício a zero, haveria ainda barreiras quase intransponíveis para eliminar o flagelo. E um dos fatores que dificultam o combate à fome é o fato de que apenas 200 das maiores empresas do ramo de alimentos controlam, atualmente, cerca de um quarto dos recursos produtivos mundiais, o que lhes permite exercer “um monopólio de fato sobre o conjunto da cadeia alimentar, da produção à distribuição varejista, passando pela transformação e a comercialização dos produtos, do que resulta a restrição das escolhas de agricultores e consumidores”.

Ou seja, “os gigantes do negócio agroalimentar controlam não apenas a formação dos preços e o comércio dos alimentos, mas também os setores essenciais da agroindústria, notadamente as sementes, os adubos, os pesticidas, a estocagem, os transportes etc.” (Ziegler, 2013, p. 151-152).

Todos esses elementos constituem um terreno fértil para a retomada de soluções fáceis (e desumanas) para o problema, consubstanciadas no ideário dos neomalthusianos (Carrasco, 2008; Hogan, 1993; Rodrigues, 2011; Moser, 2011), que preconizam a necessidade de redução da população mundial para que se garanta o abastecimento de alimentos.

## 2. O ideário neomalthusiano

Como se sabe, a obra de Thomas Robert Malthus (1766-1834), *Ensaio sobre a população* (Malthus, 1996), publicada primeiramente em 1798 e consolidada em 1803, constituiu a base de muitos estudos demográficos posteriores<sup>1</sup>, entre os quais se destacam o de David Ricardo, publicado em 1817, e os de John Maynard Keynes, divulgados em 1936 e 1937 (Ricardo, 1982; Keynes, 1983, 1984). Para Malthus, haveria uma

---

<sup>1</sup> Souza questiona o pioneirismo de Malthus na abordagem dessa questão, indicando que, na verdade, o primeiro autor a tratar da relação entre crescimento econômico e aumento populacional foi Giovanni Botero em 1589. Efetivamente, para Botero, “existiriam duas virtudes que agiriam sobre a população, a *virtus generativa* (equivalente à natalidade) e a *virtus nutritiva* (correspondente à capacidade de produção de alimentos). A população tenderia a aumentar até o limite permitido pela fecundidade (*virtus generativa*). Os meios de subsistência, por outro lado, estariam sujeitos à barreira constituída pela *virtus nutritiva*. Malthus, sem dúvida, teve acesso à tese de Botero, pois o italiano foi citado por William Petty, em 1683, por Johann Süssmilch, em 1741, e por Robert Wallace, em 1753” (Souza, 2006, p. 64).

total incompatibilidade entre a capacidade de reprodução humana e a possibilidade de produção dos meios de subsistência, uma vez que a população, quando não controlada, tende a crescer em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência aumentam em progressão aritmética (Malthus, 1996, p. 246).

Malthus afirmava que até aquele momento o desastre havia sido evitado por fatores repressivos e preventivos, os quais refrearam o crescimento indefinido da população humana. Para ele, os elementos repressivos, tais como as epidemias, as doenças causadas pela fome, as guerras e a insuficiência de certos fatores de produção, especialmente a terra, tendem a aumentar a mortalidade, reduzindo, portanto, o contingente populacional. Já os preventivos são de ordem moral, decorrentes da utilização voluntária de meios de controle da natalidade, e devem ser incentivados. Assim, um homem só deve constituir família quando dispõe de meios suficientes para seu sustento. Caso contrário, deve optar pelo celibato e pela castidade (Malthus, 1996, p. 261-265).

Dessa forma, Malthus refutava qualquer intervenção do Estado no sentido de amenizar a miséria de grandes contingentes populacionais por intermédio de auxílio material a indivíduos incapazes de prover o próprio sustento e o de sua família. Aceitava apenas que o Estado criasse instrumentos para ampliar a oferta dos meios de subsistência (Malthus, 1996, p. 267-275).

Contudo, como salientou Hugon, tão logo foi divulgada a obra de Malthus, surgiram, em diversos países, os pensadores neomalthusianos, que

dela se apossaram, transformaram-na, deformaram-na. Serviram-se da ideia de coibição voluntária, não mais com objetivos econômicos, mas político-sociais e, para pôr em prática essa ideia, não se limitaram a preconizar [...] a adoção da coibição moral como meio único. (Hugon, 1969, p. 113)

De fato, para os neomalthusianos, era necessário um controle rígido da natalidade, uma vez que (a) o número de consumidores tende a aumentar em proporção superior ao produto nacional, o que leva ao empobrecimento geral da população; (b) a relação entre o contingente economicamente ativo e a população global tende a ser desfavorável; (c) o aumento da população leva à necessidade de ampliação do fator trabalho em detrimento da formação de capital; (d) o crescimento con-



tínuo da população provoca destruição do meio ambiente e o esgotamento de recursos não renováveis (Sandroni, s.d., p. 214-215). Como se vê, das preocupações dos neomalthusianos não constava qualquer perspectiva de alteração da realidade, isto é, de modificação das estruturas econômicas e sociais ou das relações entre países ricos e pobres.

Essas ideias tomaram grande impulso logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial por meio da publicação, em 1948, do livro *O caminho da sobrevivência* (Vogt, 1951), de autoria do ecologista e ornitólogo norte-americano William Vogt (1902-1968), que se tornou a bíblia dos neomalthusianos<sup>2</sup>.

Para Vogt, o único fator de produção que realmente gera riqueza é a terra, que estava se tornando perigosamente escassa para alimentar uma população cada vez maior. Segundo ele, a natureza dotou os EUA de grandes recursos naturais, que deveriam ser preservados para manter o estilo e o padrão de vida norte-americanos. Todavia, esse estilo e esse padrão não poderiam ser estendidos ao restante da humanidade. Assim,

quando o agricultor é suficientemente hábil para dirigir bem a sua terra, e pode produzir para as suas necessidades e desejos sem diminuir a capacidade produtiva [...] a economia mantém-se equilibrada. Quando, porém, devido ao solo pobre ou a métodos agrícolas inadequados, o fazendeiro só pode manter o seu trator, o seu automóvel, o seu quarto de banho e o seu rádio, minando a terra, é difícil defender o seu direito ao chamado padrão de vida americano. (Vogt, 1951, p. 62)

Dessa forma, e supostamente preocupado com a preservação do meio ambiente para garantir a sobrevivência de gerações futuras, Vogt defendia a manutenção de grandes áreas intocadas. Além disso, manifestava-se radicalmente contra a adoção de medidas sanitárias preventivas que eliminassem os riscos de doenças em certas zonas do mundo, ou de técnicas que tornassem aquelas terras agricultáveis. De fato, para ele,

os insetos portadores de enfermidades humanas transformam grandes áreas do globo em terras que ficam à margem da atividade do homem. Tal infortúnio não é, todavia, tão importante como tem sido sugerido pelos que

---

<sup>2</sup> Ressalte-se que o livro rapidamente se tornou um *best-seller*, escolhido como Livro do Mês pelo Clube do Livro e selecionado pelo *Reader's Digest* (Castro, 1968a, p. 129).

propõem o controle da malária. Em muitas áreas, a malária é, realmente, uma benção disfarçada, já que uma grande proporção das zonas contaminadas não pode ser aproveitada, tendo a doença, desse modo, impedido que o homem destruísse tais terras. (Vogt, 1951, p. 47)

E acrescentava:

Em certas áreas da África, onde o mosquito tsé-tsé foi localmente dominado, as populações nativas devastaram as terras anteriormente despoçadas, tendo, em poucos anos, destruído virtualmente sua capacidade de produção [...]. Neste caso, o mosquito tsé-tsé, em lugar de constituir um fator de limitação para o homem, foi, verdadeiramente, um protetor de importantes recursos naturais. (Vogt, 1951, p. 47)

Como se vê, Vogt combatia a adoção de medidas sanitárias que pudessem salvar vidas e amenizar os sofrimentos de grandes contingentes humanos. O que ele não dizia explicitamente é que esse combate era dirigido principalmente contra populações de regiões muito pobres, ou seja, de países do chamado Terceiro Mundo, assim como não mencionava a quem beneficiaria a preservação de “importantes recursos naturais”.

Mas ele iria mais longe, chegando a negar que fossem utilizados os conhecimentos médicos para salvar populações pobres, que deviam ser deixadas para morrer à míngua. Senão, vejamos:

A profissão médica moderna, ainda estabelecendo a sua ética de acordo com as dúvidas afirmativas de um homem ignorante que viveu há mais de dois mil anos<sup>3</sup> [...] continua a acreditar ser seu dever conservar vivo o maior número possível de indivíduos. Em muitos lugares do mundo, os médicos aplicam a sua inteligência a um aspecto do bem-estar do homem – a sobrevivência – e negam o seu direito moral de aplicá-la ao problema considerado em seu todo. Mediante assistência médica e melhoria das condições sanitárias, são responsáveis pelo fato de milhões de pessoas viverem mais tempo em crescente miséria. (Vogt, 1951, p. 67)

Em outro trecho, defendia simplesmente a eliminação dos pobres, como se pode ver a seguir:

---

<sup>3</sup> Obviamente, Vogt se refere ao pai da Medicina, o grego Hipócrates (c. 460–377 a.C.).

Até mais ou menos a época da Revolução Industrial, era impossível o transporte de víveres em grande escala, sendo quase nulas as facilidades de armazenamento. Quando as colheitas fracassavam, o povo morria. Quando o povo aumentava, ultrapassando a capacidade da terra que devia alimentá-lo, raramente havia outra saída senão a morte. A Grécia antiga constitui exceção. A sabedoria do seu povo encontrou uma expressão que é raramente comentada; conscientes da ameaça constante de excesso de população, reduziam propositadamente tal perigo por meio da prostituição, do infanticídio, da emigração e da colonização. Para muitos, é repugnante a ética de algumas dessas medidas; prefeririam a miséria e a morte pela fome, em massa. Na maior parte do mundo “civilizado”, o povo apenas morre por falta de alimento. (Vogt, 1951, p. 78)

Porém, é preciso assinalar que a única e exclusiva preocupação de Vogt era com a manutenção do estilo de vida norte-americano. Assim, os EUA deveriam se recusar a fazer comércio com qualquer região do mundo que não se mostrasse capaz de se manter segundo seus próprios recursos. E mais: as áreas que possuíam esses recursos deveriam ser preservadas exclusivamente em benefício dos americanos. De fato, para ele,

é difícil de se ver a razão pela qual os Estados Unidos devessem, por exemplo subsidiar a descontrolada proliferação da Índia, da China e de outros países, adquirindo os seus produtos. Enquanto não adotarem uma política racional quanto à sua população, essas nações [...] não têm o direito de esperar auxílio do resto do mundo. O mesmo poderia ser dito das nações altamente industrializadas da Europa. As suas indústrias, que lhes tornaram possível, através de centenas de anos, valer-se de terras de outros países, não passaram de um expediente de ocasião, de um meio de adiar o dia da prestação de contas. (Vogt, 1951, p. 98)

Ou seja, a obra de Vogt não constitui apenas uma apologia do modo de vida norte-americano, mas é também uma defesa incontestada do racismo, do imperialismo e do expansionismo dos EUA. Para tanto, ele não hesitava em combater o próprio imperialismo europeu e se mostrava totalmente contrário à adoção do Plano Marshall<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Como se sabe, o Plano Marshall foi concebido pelos Estados Unidos em 1947, com o objetivo de fornecer recursos para a reconstrução europeia, depois da destruição promovida pela Segunda Guerra Mundial.

### 3. O combate de Josué de Castro ao neomalthusianismo

Tão logo foi publicada, a obra de Vogt obteve enorme aceitação, e constituiu o fundamento para a retomada do neomalthusianismo nas décadas de 1950-1960. Contudo, Josué de Castro, então já conhecido no mundo todo, imediatamente se insurgiu contra as propostas contidas no livro, denunciando-as como fórmulas racistas para eliminar um problema que, segundo ele, era de caráter histórico, social e econômico.

Com efeito, em sua obra *Geopolítica da fome* (Castro, 1957), publicada primeiramente em 1949 e com uma edição definitiva em 1951, Josué de Castro atacava frontalmente o livro de Vogt, por ele denominado “o caminho da perdição” (Castro, 1968a, p. 127). Iniciando com uma contundente crítica à obra de Malthus, citava nominalmente Vogt, a quem chamava, ironicamente, “porta-bandeira do neomalthusianismo” (Castro, 1957, p. 67).

Valendo-se de seus vastos conhecimentos de História, Geografia, Economia e Demografia, além de obras de reconhecidos cientistas, Josué de Castro afirmava que

a própria História desmentiu inteiramente a previsão de Malthus. Nos primeiros anos que se seguiram à publicação de suas teorias, o crescimento das populações do mundo parecia confirmar suas previsões. Mas, antes do fim do século<sup>5</sup>, já esse crescimento retardava o seu ritmo inicial. Começou a baixar a natalidade das populações de vários países, surgindo, ao lado do perigo da superpopulação, o perigo da subpopulação. (Castro, 1957, p. 65)

Segundo Josué de Castro, a argumentação de Vogt, além de parcial, era falsa, pois deturpava e invertia dados científicos. É o que se pode ver do comentário a seguir:

Quando trata, por exemplo, dos problemas da América Latina, Vogt afirma que a existência da fome nesta área resulta do seu superpovoamento [...]. Não há nada mais longe da verdade. A América Latina tem uma densidade demográfica das mais baixas do mundo, só ultrapassada em sua rareza pela África e a Austrália [...]. Suas zonas de população mais densas, limitam-se a pequenos núcleos perdidos e isolados em sua despovoada

---

<sup>5</sup> O autor se refere, obviamente, ao século XIX.

imensidão. [...] É um conterrâneo de Vogt, o demografista Kingsley Davis, quem afirma com toda a sua indiscutível autoridade de especialista que a América Latina, sob o ponto de vista demográfico, constitui uma das regiões privilegiadas do mundo, dispondo de grandes potenciais em reserva, para a futura expansão de suas populações. (Castro, 1968a, p. 128-129)

Josué de Castro atribuía a retomada das ideias de Malthus ao fato de existirem, no pós-guerra, condições de receptividade coletiva muito semelhantes às do início do século XIX. Segundo ele, “viveu o economista inglês numa fase revolucionária – a era da revolução industrial – e, portanto, numa fase de inquietação e de incerteza do futuro, fenômeno que se repete ainda em maior escala na revolução social dos nossos dias” (Castro, 1957, p. 66).

Evidentemente, o autor se referia às revoluções no Leste Europeu, à Revolução Chinesa e às lutas de independência nas colônias asiáticas e africanas. Nesse sentido, atribuía claramente as causas desses movimentos revolucionários à fome e à miséria dos países subdesenvolvidos, os quais sempre haviam sido explorados pelo colonialismo e pelo imperialismo. Conforme se manifestou em 1955,

os povos chamados subdesenvolvidos já se aperceberam da profunda contradição que existe entre os preceitos morais de igualdade, fraternidade e humanitarismo pregados e defendidos pelos teorizantes da civilização ocidental e a crua e cínica disputa pelo lucro a que se entregam os grupos mercantilistas dominantes nos países bem desenvolvidos e industrializados do mundo. Daí sua suspeita e sua hostilidade ao colonialismo e ao imperialismo do branco [...]. E o que é mais grave, numa fase da história do mundo em que a técnica e a ciência prometeram um reino de felicidade e de abundância, através da utilização racional dos recursos naturais. Mas [...] nossa civilização mecanicista depois de saquear o mundo de tal forma que já reconhece oficialmente que estão a esgotar-se as riquezas fundamentais do planeta, agora confessa sua bancarrota e aconselha os povos marginais a restringir sua natalidade a fim de que sejam poupados os restos do assalto em benefício dos atuais grupos privilegiados. [...] Não se pode deixar de compreender a justa revolta dos povos mais pobres [...]. Primeiro, porque não pode interessar a estes povos miseráveis, a manutenção de um status quo no qual sua participação no banquete da terra foi sempre reduzida a algumas migalhas jogadas, de quando em vez, da farta mesa dos ricos. Segundo, por não lhes parecer razoável procurar restabelecer o equilíbrio

exatamente à custa [...] daqueles que até hoje mais sofreram as consequências desse desequilíbrio. Terceiro, porque sendo o desequilíbrio uma consequência social dos defeitos e erros das conjunturas econômicas vigentes, impostas pelas grandes potências que até hoje exploraram economicamente o mundo, cabe a estes mentores da economia mundial encontrar uma salvação para a crise e não transferir o encargo para os povos até hoje dominados pela força econômica dessas grandes potências. (Castro, 1968a, p. 157-158)

Dessa forma, combatia violentamente a posição de Vogt e de seus seguidores:

Os neomalthusianos, ao afirmarem que o mundo vive faminto e está condenado a perecer numa epidemia total de fome porque os homens não controlam de maneira adequada os nascimentos de novos seres humanos, não fazem mais do que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos. Aumentando a pressão demográfica do mundo, mercê do seu delírio reprodutivo, esses povos famintos não passam, a seu ver, de povos criminosos, criminosos culpados desse feio e tremendo crime de passar fome. A teoria neomalthusiana é, em última análise, uma teoria do faminto-nato. O faminto passa fome porque é faminto-nato, como o criminoso da antiga teoria lombrosiana<sup>6</sup> mata e rouba por ser criminoso-nato. Como os criminosos-natos, merecem os famintos um castigo exemplar e, por isto, os neomalthusianos os condenam ao extermínio, individualmente, levando-os a morrer de inanição, e coletivamente, controlando-lhes os nascimentos, até que desapareça do mundo a raça dos famintos-natos, desses criminosos-natos, culpados do crime masoquista de criar a fome e sofrer suas consequências. (Castro, 1957, p. 66-67)

Quanto ao sucesso da obra de Vogt nos EUA, atribuiu-o ao fato de que o livro abordava

um problema que o povo norte-americano não conhece diretamente em sua negra realidade – o problema da fome. Vivendo num regime de relativa abundância, este povo está bem longe de conceber o que significa socialmente o terrível fenômeno da fome coletiva [...]. É que, apesar do tremendo

---

<sup>6</sup> O autor se refere à teoria desenvolvida por Cesare Lombroso (1835-1909), médico italiano que defendeu a hipótese de que os criminosos poderiam ser identificados por suas características físicas, que teve grande influência nas concepções do Direito Penal, inclusive no Brasil (Lombroso, 1983).

esforço de guerra [...] e do sensível aumento do custo de vida no pós-guerra, o povo norte-americano continua a ser o mais bem alimentado do mundo. [...] A noção corrente que se tem de fome nos Estados Unidos é, pois, uma noção bastante incompleta. E este desconhecimento por parte do povo norte-americano da realidade social da fome no mundo e dos perigos que este fenômeno representa para a sua estabilidade social constitui mesmo uma grave falha, tanto no seu julgamento de fatos políticos que se passam em várias regiões da terra, como na atitude que deve manter este país de abundância em face de outros países acossados permanentemente pela penúria e pela miséria alimentar. (Castro, 1968a, p. 129-130)

Porém, mais do que desmontar os argumentos de Vogt e de seus seguidores neomalthusianos, Josué de Castro apresentava soluções para o problema. Para ele, era necessário aumentar a produtividade por meio do uso de novas técnicas agrícolas, combater a estrutura fundiária que na maioria dos países criava empecilhos à ampliação da produção de alimentos, e alterar o sistema econômico e as regras do comércio mundial, que impediam o acesso de milhões de pessoas à comida (Castro, 1957, 2001a, 1968b; ASCOFAM, 1958). Para Josué de Castro,

não estamos diante de uma moléstia a ser combatida isoladamente pela ação fulminante de um remédio específico. Não existe um remédio específico para a fome. O que existe são catalisadores capazes de apressar as reações sociais que conduzirão o organismo social à depuração desta impureza: e não se pense que julgamos possível resolver o problema da fome universal apenas com a criação de um organismo especializado que viria, num passe de mágica, apagar da fisionomia da nossa civilização este traço negro. Não somos tão ingênuos nem tão otimistas. Sabemos que estão bem fincadas, nas estruturas econômicas do mundo, as raízes desse problema, que só poderá ser extirpado revolvendo-se profundamente, resíduos dos tempos do feudalismo e da escravidão. (Apud Andrade, 2003, p. 115)

Tendo em vista essas questões, Josué de Castro preconizava a necessidade de se promover o desenvolvimento econômico para combater a fome, enfatizando que isso dependia de mudanças profundas no sistema econômico mundial. De fato, para ele,

embora o desenvolvimento econômico de cada país deva constituir uma responsabilidade nacional é evidente que sem uma ampla cooperação in-

ternacional é muito difícil que este desenvolvimento se processe em ritmo desejável nos países pouco desenvolvidos, de forma a reservar o equilíbrio político e social do mundo. [...] O desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas não se pode fazer sem a base de um fluxo intenso de capitais tanto públicos como privados, oriundos das zonas mais ricas do mundo. (Castro, 1968b, p. 58-59)

É interessante notar a atualidade dessas palavras, pois a mesma posição está explícita no informe da FAO de 2008, segundo o qual

nenhum país ou instituição será capaz de resolver por sua própria conta a crise atual. Os governos, tanto dos países desenvolvidos como daqueles em desenvolvimento, os organismos das Nações Unidas, as instituições internacionais, a sociedade civil e o setor privado têm que desempenhar funções importantes na luta mundial contra a fome. (FAO, 2008, p. 5)

No que diz respeito à urgência da adoção de políticas que facilitem a distribuição de alimentos e a redução dos preços, assim se manifestou Josué de Castro:

A verdade é que não basta produzir alimentos lançando mão de todas as técnicas disponíveis; é preciso que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam, isso porque, se não se proceder à adequada distribuição e expansão dos correspondentes níveis de consumo, logo se formarão os excedentes agrícolas, criando-se o grave problema da superprodução ao lado do subconsumo. Daí a necessidade de que a política de alimentação cuide tanto da produção quanto da distribuição adequada dos produtos alimentares, e daí a necessidade de que esta política seja planejada em escala mundial. (Castro, 1957, p. 495)

Da mesma forma, o relatório da FAO de 2008 adverte claramente para a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura em regiões pobres, de modo a permitir o acesso dos pequenos agricultores às redes de transporte e distribuição. Conforme o relatório,

o investimento em infraestrutura de transporte é fundamental para um desenvolvimento agrícola sustentável. A produção agrícola em pequena escala descentralizada no mundo em desenvolvimento necessita de redes de transporte amplas para melhorar o acesso ao mercado, reduzir os preços



dos fertilizantes e incrementar os preços das colheitas para os agricultores. [...] Os serviços de transporte ajudam a melhorar o comércio, o bem-estar e o crescimento agrícolas, e a reduzir a diferença entre os preços dos produtores e consumidores. (FAO, 2008, p. 38)

No que se refere às advertências dos ambientalistas sobre os perigos da erosão dos solos que poderiam, em pouco tempo, transformar a Terra num planeta morto, Josué de Castro não negava o problema, mas considerava que este se tornaria realmente grave “num tempo extremamente longo e se não forem tomadas medidas protetoras” (Castro, 1957, p. 71). Segundo ele, há diferenças entre a erosão provocada pelo homem e aquela decorrente de causas naturais, esta “um fenômeno geológico inerente à evolução dos solos e ao seu equilíbrio vital” (Castro, 1957, p. 71), que se processa “lentamente, de maneira quase imperceptível, porque, à proporção que a água e os ventos vão removendo as camadas mais superficiais do solo, nas camadas mais profundas os processos de formação do solo vão compensando essas perdas” (Castro, 1957, p. 71).

Já a erosão resultante da ação humana é realmente perniciosa, pois “os solos perdem muito mais de sua riqueza do que pode ser refeita no mesmo período de tempo, com risco de esgotamento total” (Castro, 1957, p. 71).

Com esses argumentos, minimizava tanto o perigo da superpopulação como da erosão, que “só poderão ser considerados como sérios fatores de fome, quando muito, em épocas futuras, nunca, porém, em nossos dias” (Castro, 1957, p. 72). Para Josué de Castro, o verdadeiro risco estava naquilo que denominou “erosão da riqueza humana”, isto é, a “inferiorização do homem provocada pela fome e pela subnutrição” (Castro, 1957, p. 73). Assim, a humanidade estaria diante de um paradoxo, pois “ante o perigo remoto de um mundo transformado em deserto pelo esgotamento de seus recursos naturais assistirá ao [...] advento de um mundo deserto e despovoado” (Castro, 1957, p. 74). O problema residia, de fato, no insustentável padrão de consumo das sociedades desenvolvidas e na manutenção dos privilégios de classe.

Essas posições seriam reforçadas ao longo dos anos. No que tange aos alertas para o perigo do grande aumento populacional após a Segunda Guerra Mundial, e que era mais notável nas áreas subdesenvolvidas, Josué de Castro atribuía-o não à redução da fome, mas ao uso

generalizado de antibióticos e inseticidas. Apontava também a falácia do argumento neomalthusiano, que considerava serem as regiões mais pobres aquelas com maior concentração demográfica. Para ele, a permanência da fome não podia ser creditada à superpopulação, uma vez que ela “já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra. Apenas esta fome [...] era escamoteada, era abafada, era escondida. [...] Não só a fome existia antes, mas também existe hoje em regiões que estão longe de ser superpovoadas” (Castro, 2003, p. 47).

E, relativamente às posições de certos grupos ambientalistas, que responsabilizavam governos e populações dos países pobres pela degradação do meio ambiente nessas regiões, fez uma duríssima crítica a eles em 1972, ao participar do Colóquio sobre o Meio, realizado em Estocolmo. Para Josué de Castro, os verdadeiros responsáveis pela poluição eram as nações desenvolvidas:

Considerado globalmente, o meio tanto compreende fatores de ordem física ou material quanto fatores de ordem econômica e cultural. Uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do contorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado como uma totalidade. Desse ponto de vista o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente. [...] Atualmente, está na moda falar dos defeitos nocivos que o crescimento econômico produz sobre o meio [...]<sup>7</sup>; entretanto, costuma-se referir apenas e precisamente aos efeitos que não são os mais ameaçadores para o futuro da humanidade. Ouvem-se gritos de alarme condenando o crescimento da população, a poluição do ar, dos rios e dos mares e a degradação do patrimônio animal e vegetal das regiões mais desenvolvidas do mundo; mas tudo isso revela uma visão limitada do problema, já que o clamor se refere aos efeitos da expansão econômica, enquanto deixa na sombra e reduz ao silêncio a insidiosa ação indireta do desenvolvimento sobre a totalidade dos grupos humanos. [...] O primeiro erro grave [...] é a afirmativa generalizada de que nas regiões mais ricas é que apareceram, por causa do crescimento econômico, os primeiros efeitos da poluição e da degradação do meio ambiente.

---

<sup>7</sup> Ainda hoje, a proposta de estancar o crescimento econômico encontra grande receptividade em certos meios ambientalistas. Um de seus grandes defensores é o príncipe Charles, herdeiro do trono britânico (Carrasco, 2008).

A realidade é diferente: os primeiros e mais graves efeitos do desenvolvimento manifestaram-se precisamente naquelas regiões que estão hoje economicamente subdesenvolvidas e que ontem eram [...] colônias. (Castro, 2003, p. 135-137)

Era uma crítica contundente ao imperialismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo. De fato, para ele, o grande risco ao meio ambiente estava efetivamente na exploração abusiva dos recursos naturais do Terceiro Mundo, decorrente da estrutura de produção e consumo do sistema capitalista (Castro, 2003). Dessa forma, mostrava-se totalmente contrário às propostas de limitação do desenvolvimento dos países pobres, conforme defendido por grupos ambientalistas, atacando frontalmente o relatório elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) a pedido do Clube de Roma<sup>8</sup>, que preconizava a necessidade de limitar o crescimento da população e da economia mundiais, tendo em vista que a Terra não comportaria maior pressão demográfica e por consumo. Valendo-se de seus conhecimentos de Geografia, Josué de Castro considerava estar o relatório fundamentado numa metodologia pouco científica, pois partia da premissa de que o modelo de desenvolvimento existente era o único possível (Castro, 2003).

E, aos que o acusavam de não propor soluções efetivas para o problema, respondeu com a elaboração de um grande plano de desenvol-

---

<sup>8</sup> O Clube de Roma foi fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Reúne pessoas famosas que se encontram periodicamente para debater economia, política e, principalmente, questões ambientais e aquilo que ficou conhecido como “desenvolvimento sustentável”. Em 1972, publicou *Os limites do crescimento*, relatório elaborado por uma equipe do MIT, chefiada por Dana Meadows, que se tornou o livro sobre meio ambiente mais vendido da história. Com base em modelos matemáticos, o relatório previa que, mesmo se considerando o desenvolvimento tecnológico, o planeta não suportaria um grande crescimento populacional em função da pressão que seria exercida sobre os recursos naturais e energéticos, além de grande aumento da poluição. Dentre os membros honorários do clube, destacam-se Jacques Delors, ex-presidente da Comissão Europeia, Belisário Betancourt e César Gaviria, ex-presidentes da Colômbia, Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, Mikhail Gorbachev, ex-secretário geral do Partido Comunista da URSS, Vaclav Havel, ex-presidente da República Tcheca, os sociólogos brasileiros Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida, o rei Juan Carlos I, da Espanha, a rainha Beatriz, da Holanda, Mário Soares, ex-primeiro-ministro de Portugal, Enrique Iglesias, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros (Carrasco, 2008).

vimento para a América Latina, apresentado no Centre International pour le Développement (CID), instituição francesa fundada por Josué de Castro em 1964 (Castro, 1993).

## Considerações finais

Nos últimos anos, um dos importantes temas de reportagens na imprensa e de discussões entre lideranças mundiais vem sendo o problema da disparada dos preços internacionais dos alimentos, que provoca manifestações populares em diversos países. Hoje, com o prolongamento da crise econômica mundial, agravou-se o cenário, e os problemas relativos à questão do acesso de imensos contingentes populacionais a alimentos revelam-se cada vez mais sérios.

Diante desse quadro e do perigo que ele representa para a estabilidade política em várias regiões do globo, dirigentes de organismos internacionais, tais como a FAO, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), têm feito graves alertas, ora responsabilizando a opção pelos biocombustíveis, ora criticando as políticas nacionais relativas à agricultura, ora alertando para os problemas oriundos do aquecimento global, que vem provocando secas mais agudas e/ou chuvas torrenciais, além de fenômenos como tufões, furacões e ciclones em diversas áreas do planeta. De outra parte, acadêmicos e políticos têm denunciado a especulação internacional com o preço dos produtos alimentícios.

Em quase todos esses pronunciamentos, um aspecto é sempre esquecido: trata-se da questão da própria configuração atual do capitalismo, que incentiva a substituição de culturas de subsistência por outras voltadas para a exportação, estimulando também a concentração fundiária, verificada em diversos países, e que vem se ampliando de maneira alarmante. Nesse quadro, é preciso destacar a figura do médico, nutrólogo e geógrafo Josué de Castro, um dos primeiros a levantar a bandeira da necessidade de combate à fome como instrumento indispensável ao desenvolvimento econômico.

Salientava ser esse um tema quase maldito, porquanto as classes dominantes, em todas as nações, sempre preferiram fingir que o problema não existe. Nesse sentido, abordava a fome como um tabu, já que vinculada a fatores de ordem histórica, econômica, política e social, não sendo

provocada por problemas climáticos e culturais. Insurgia-se contra aquilo que chamava de “o espantinho malthusiano”, defendendo ardorosamente as potencialidades mundiais (ampliadas pelo avanço tecnológico) quanto ao fornecimento de alimentos, mesmo em face de uma população crescente. Assim, considerava a fome como uma verdadeira “praga fabricada pelo homem”, a qual provoca a erosão do potencial humano e, conseqüentemente, fecha seus flagelados num círculo vicioso.

Como solução para o drama, defendia o desenvolvimento econômico, baseado numa real distribuição da riqueza e do lucro entre o conjunto da população. Não considerava o subdesenvolvimento como a mera ausência de desenvolvimento, mas sim como resultado de um desenvolvimento que não prioriza o homem e as regiões mais pobres, apenas se preocupa em aumentar os lucros dos muito ricos. Defendia uma reforma profunda da economia e do comércio mundiais, que deveria se voltar para os interesses gerais. Via os movimentos de independência na África e na Ásia como lutas pela libertação nacional, único caminho, segundo ele, para que as populações dos países colonizados se livrassem da exploração e da miséria seculares que lhes haviam sido impostas pelas metrópoles. Considerava a reforma agrária um requisito essencial para a superação da miséria. Finalmente, e embora defendesse uma solução de cunho ecológico para os grandes problemas da humanidade, possuía uma visão extremamente crítica do movimento ambientalista, uma vez que entendia ser este conduzido por grupos que procuravam, na verdade, colocar toda a responsabilidade pela defesa dos recursos naturais sobre os países pobres, os quais deveriam, segundo essa corrente, estancar seu processo de desenvolvimento supostamente em prol de toda a humanidade.

No entanto, passados mais de 60 anos da publicação de *Geopolítica da fome*, e depois do sucesso da Revolução Verde e da pílula anticoncepcional, o que se tem é a manutenção da fome para quase 1 bilhão de pessoas. Diante disso, neomalthusianos de todos os matizes voltam a preconizar a necessidade de controle populacional como fórmula única para a solução do problema. Esquecem-se de que os demais requisitos apontados por Josué de Castro para combater as limitações ao abastecimento de alimentos para toda a população – a reformulação da estrutura fundiária e a mudança nos padrões de produção e de comercialização – não foram sequer tocados. Pelo contrário, o que se verificou a

partir da década de 1980, com o triunfo das ideias preconizadas pelo Consenso de Washington, foi uma enorme concentração da terra nas mais diversas partes do planeta e a destinação de grandes parcelas de territórios aráveis à agricultura voltada para a exportação, além de um vertiginoso processo de especulação com os preços dos alimentos e das *commodities* agrícolas.

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ASCOFAM. Secretaria Geral, Seção Brasileira (org.). *O drama universal da fome: depoimentos*. Rio de Janeiro: ASCOFAM, 1958.
- CARRASCO, Lorenzo (org.). *Máfia verde*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2008.
- CASTRO, Josué de. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957, 2 v.
- CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- CASTRO, Josué de. *Ensaio de biologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1968a.
- CASTRO, Josué de. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1968b.
- CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- CASTRO, Josué de. Contribuição ao estudo da planificação dos recursos humanos para o desenvolvimento da América Latina. In: DI TARANTO, Giuseppe. *Sociedade e desenvolvimento na obra de Josué de Castro*. Belém: CEJUP, 1993.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.
- CASTRO, Josué de. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FAO. Depósito de documentos. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo – Los precios elevados de los alimentos y la inseguridad alimentaria: amenazas y oportunidades*, 2008. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/011/i02991s00htm>>. Acesso em 19/12/2008.
- FAO. Depósito de documentos. *El estado mundial de la agricultura y la alimentación: la ganadería, a examen*, 2009. Disponível em <<http://www.fao.org/br/download/0680.pdf>>. Acesso em 17/12/2010.
- FAO. Depósito de documentos. *The state of food insecurity in the world*, 2010. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/013/i1683e00.pdf>>. Acesso em 16/3/2011.
- FAO. *Alerta para o risco de nova crise mundial alimentar*, 2011. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2011/03/14/entrevista-fao-alerta-para-risco-de-nova-crise-mundial-alimentar.jhtm>>. Acesso em 14/3/2011.

- FAO. Depósito de documentos. *El estado mundial de la agricultura y la alimentación*, 2013. Disponível em <[www.fao.org/docrep/018/i3301s/i3301s.pdf](http://www.fao.org/docrep/018/i3301s/i3301s.pdf)>. Acesso em 9/1/2014.
- FAO. *Desperdício de alimentos custa ao mundo 750 bilhões de dólares*, 2014. Disponível em <[www.onu.org.br/desperdicio-de-alimentos-custa-ao-mundo-750-bilhoes-de-dolares-alerta-novo-relatorio-da-fao](http://www.onu.org.br/desperdicio-de-alimentos-custa-ao-mundo-750-bilhoes-de-dolares-alerta-novo-relatorio-da-fao)>. Acesso em 9/1/2014.
- HOGAN, Daniel Joseph. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. *Lua Nova*. São Paulo, n. 31, dez. 1993.
- HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1969.
- IBGE. *Censo 2010*. Disponível em <[www.censo2010.ibge.gov.br/resultados](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados)>. Acesso em 21/4/2014.
- IBGE. *Séries históricas e estatísticas*. Disponível em <[www.seriesestatisticas.ibge.gov.br](http://www.seriesestatisticas.ibge.gov.br)>. Acesso em 21/4/2014.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, John Maynard. Algumas consequências de uma população em declínio. In: KEYNES, John Maynard. *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984 (Série Grandes Cientistas Sociais).
- LOMBROSO, Cesare. *O homem criminoso*. Rio de Janeiro: Rio, 1983.
- MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os Economistas).
- MOSER. *Política demográfica: aspectos éticos*, 2011. Disponível em <<http://revistabioetica.cfm.org.br/index/php/revista-bioetica/article/viewArticle/415>>. Acesso em 14/3/2011.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. *População e meio ambiente: uma nova análise das abordagens malthusiana, marxiana e cornucopiana*, 2011. Disponível em <[http://www.cidehus.uevora.pt/investigacao/progcien/liv/13/ics/capitulos/autores/textos/demografia/malthus\\_marx\\_boserup\\_txtfx.htm](http://www.cidehus.uevora.pt/investigacao/progcien/liv/13/ics/capitulos/autores/textos/demografia/malthus_marx_boserup_txtfx.htm)>. Acesso em 14/3/2011.
- SANDRONI, Paulo (org.). *Dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, s.d.
- SANTOS FILHO, Onofre. Os movimentos contestatórios no Oriente Médio e no norte da África: a Tunísia é a solução?. *Estudos Internacionais*, v. 1, n. 1, p. 37-58, jan.-jun. 2013.
- SILVA, Tânia Elias Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998 (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).
- SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. *Elementos de demografia econômica*. São Paulo: LCTE, 2006.
- VOGT, William. *O caminho da sobrevivência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.
- ZIEGLER, Jean. *Destrução em massa*. São Paulo: Cortez, 2013.

# INVESTIGACIONES *de* HISTORIA ECONÓMICA

VOLUMEN 11 • NÚMERO 1 • Febrero 2015

## Economic History Research

### artículos

JOSÉ LUIS RAMOS GOROSTIZA  
Y ANA ROSADO CUBERO

Ideas económicas en torno al servicio de abastecimiento urbano de agua en la Gran Bretaña del siglo XIX

ROCÍO SÁNCHEZ LISSEN  
Y MARÍA TERESA SANZ DÍAZ

El Plan de Estabilización español de 1959: Juan Sardá Dexeus y la economía social de mercado

CAROLINA ROMÁN Y HENRY WILLEBALD

Formación de capital en el largo plazo en Uruguay, 1870-2011

AGUSTINA RAYES

La estadística de las exportaciones argentinas, 1875-1913. Nuevas evidencias e interpretaciones

IMILCY BALBOA NAVARRO

Tierras y azúcar. Las transformaciones agrarias y el ascenso de la plantación en Cuba

ELVIRA LINDOSO TATO

La industria de la pizarra española en perspectiva histórica

### reseñas

aehe

